

## Ata da V Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2024

|                   |                                       |
|-------------------|---------------------------------------|
| <b>ATA CTJ N°</b> | 06/2024                               |
| <b>Título</b>     | Reunião do Comitê do Tempo de Justiça |
| <b>Local</b>      | Setor Amarelo, Nível 0, Sala 006      |
| <b>Data</b>       | 29/08/24                              |
| <b>Horário</b>    | 10:00 às 13:00                        |

### Participantes:

| Nome  | Instituição | Função  |
|---|-------------|---|
| <b>Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves</b>   | TJCE        | Desembargadora                                |
| <b>Dra. Jade Romero</b>                             | Vice Gov    | Vice-Governadora                              |
| <b>Dr. Manfredo Rommel</b>                          | DPCE        | Defensor Público                              |
| <b>Dra. Mônica Kaline Barbosa de Oliveira Nobre</b> | MPCE        | Promotora de Justiça                          |
| <b>Dr. Rodrigo</b>                                  | DHPP        | Delegado da DHPP                              |
| <b>Dr. Julius Cesar</b>                             | PEFOCE      | Perícia Criminal                              |
| <b>Jordana Lima Portela</b>                         | Vice Gov    | Agente de Informação do Tempo de Justiça      |
| <b>Carla Dieyla Teixeira Ponte</b>                  | ViceGov     | Agente de Informação do Tempo de Justiça      |
| <b>Aline Alves Fernandes</b>                        | ViceGov     | Assistente Administrativo do Tempo de Justiça |
| <b>Israel Grangeiro Landim</b>                      | TJCE        | Assistente da 13ª Vara Criminal               |
| <b>Gustavo Henrique Gondim Pereira</b>              | TJCE        | SETIN TJCE                                    |
| <b>Dra. Glória</b>                                  | Vice Gov    | Assessora Especial                            |
| <b>Catulo Hansen</b>                                | Vice Gov    | Vice-Governadora                              |
| <b>Diego Xavier</b>                                 | SEPLAG      | TJCE  |
| <b>Mateus Alencar</b>                               | SEPLAG      | TJCE  |
| <b>Dr. Marcos Aurélio M. Nogueira</b>               | TJCE        | Juiz da 1ª Vara do Júri                       |
| <b>David Coutinho de Alencar Cortez</b>             | Vice Gov    | Analista de Desenvolvimento                   |
| <b>Flávio Neves Carneiro</b>                        | Vice Gov    | Analista de Desenvolvimento                   |

### **Encaminhamentos:**

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê e dos convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros para o bom desempenho do Programa.

Logo após, questionou aos presentes se a ata da última reunião está aprovada, tendo todos asseverado afirmativamente.

Seguidamente, a Desembargadora Ângela apresentou a pauta da presente reunião, ressaltando os avanços já desenvolvidos até o presente momento e repassando os compromissos firmados na última reunião.

Dada a palavra à Vice-Governadora Jade Romero, esta agradeceu a recepção e o desempenho na condução do programa pela Desembargadora Ângela. Agradeceu a presença de todos, bem como o desempenho dos servidores e Juizes na pessoa do Desembargador Abelardo, presidente do TJCE. Seguidamente, em relação à premiação que será conferida ao final do atual ciclo do programa, pediu que fosse pensada uma data para possibilitar a compatibilização com a agenda do Governador.

Ato seguido, a Desembargadora Ângela passou a palavra ao servidor Catulo Hansen, que exibiu uma apresentação do painel desenvolvido para incrementar o monitoramento dos trabalhos do atual ciclo do Programa Tempo de Justiça. Ressaltou que os resultados atuais são bem animadores. Apresentou os números que apontam quantos processos são necessários para que o programa atinja as metas estabelecidas no início do ciclo. Informou que os dados estão sendo tratados para minimizar as inconsistências existentes entre a realidade processual e a exibida pelo painel.

Nesse momento, Catulo informou que a capitulação do crime não é corrigida no sistema da polícia, após o IP ser remetido ao sistema do tribunal, mesmo com alteração ocorrida no Poder Judiciário. Em um segundo momento, é necessário tratar esse dado para corrigir as estatísticas. A Vice-Governadora solicitou que esses dados

fossem enviados para que uma solução seja encontrada.

Em pós, Catulo exibiu os números atualizados da produtividade de cada uma das Varas do Júri. Destacou a performance da 3ª e da 5ª Varas do Júri.

Seguidamente, Catulo apresentou os dados referentes ao Tempo de Justiça Mulher, exibindo os dados envolvendo os feminicídios. Neste quesito, destacou o desempenho da 2ª e da 3ª Varas do Júri.

Dando continuidade à apresentação, Catulo apresentou o painel de mapeamento das inconsistências de dados encontradas. Exemplificou os seguintes casos:

- Quando há **desmembramento de processos**: sugeriu como solução, o TJCE enviar o ID do réu;
- Fase de **trânsito em julgado**: sugeriu como solução que o TJCE disponibilize a informação se, no processo há assistente da acusação, bem como as três datas de trânsito em julgado (MP, acusação e defesa);
- Fase de **absolvição sumária**: sugeriu que o TJCE altere o evento do 181 para o 185;
- **Processos sigilosos**: sugeriu que TJCE passe a informação se o processo é sigiloso ou não, pois com a ID do usuário, será possível informar para o painel que o réu F. se trata do réu Fulano.
- **Natureza do crime na delegacia**: quando a capitulação do processo muda no decorrer do processo, ele pára de ser monitorado, por inconsistência. Sugeriu parar essa rotina para poder apresentar números mais fidedignos.
- **Histórico de partes**: Sugeriu que os agentes de informação do programa Tempo de Justiça passem a atualizar o histórico de partes sem precisar das unidades judiciárias.

Em seguida, Catulo exibiu os indicadores do Ciclo 2023, do período de janeiro a outubro. No que se refere aos **inquéritos policiais**, dos 337 IP com autoria indicada, 305 foram concluídos (35 feminicídios) e 32 ficaram fora da meta (3 feminicídios). Também exibiu os painéis do Ministério Público, da Defesa e do Tribunal de Justiça.

Nesse momento, a Dra. Mônica Kaline questionou se os casos de absolvição imprópria estão sendo considerados. A Desembargadora Ângela pediu que Catulo verificasse essa informação.

Em seguida, Diego apresentou a proposta de premiação do Programa Tempo de Justiça. Iniciou dizendo que a premiação seria bianual e composta por 3 fases:

aplicação, apuração e reconhecimento. Sugeriu 2 cronogramas e apresentou o detalhamento dos indicadores:

- **Destaque Tempo de Justiça:** Quantidade de processos do ciclo 2023 do Programa julgados dentro da meta dividida pelo Total de processos do ciclo 2023 do Programa julgados.
- **Compromisso Tempo de Justiça:** Quantidade de processos do Programa finalizados em 21 meses da premiação dentro da meta dividida pelo Total de processos do Programa julgados nos 2 anos da premiação.
- **Destaque Tempo de Justiça Mulher;**
- **Destaque em audiências:** peso 1 para audiência e peso 3 para sessão do júri;
- **Ministério Público:** Destaque Tempo de Justiça;
- **Ministério Público:** Compromisso Tempo de Justiça;

Em seguida, a Desembargadora Ângela reforçou que as entidades parceiras apresentem uma proposta em concreto para a próxima reunião, quando deverá ser concluído o debate sobre os critérios da premiação, a fim de que sejam adotadas as providências para viabilizar a entrega dos prêmios.

Dada a palavra ao Dr. Julius Cesar, este confirmou que seria interessante premiar os peritos que mais fizeram laudos, nas categorias respectivas, baseado nos dados fornecidos pela PEFOCE: **cadavérico, local de crime e balística.**

Dada a palavra ao Dr. Rodrigo, da DHPP, este informou que irá consultar os colegas acerca de categorias a serem premiadas, apontando, de logo **a delegacia que fez o maior número de prisões e indiciamentos de homicídios e feminicídios.**

Dada a palavra ao Dr. Manfredo Rommel, este sugeriu que na premiação da Defensoria Pública fossem consideradas as respostas a acusações e memoriais. E, em relação às audiências, seguirá o que for decidido em relação ao Ministério Público.

Ato seguido, a Desembargadora Ângela repassou à Dra. Mônica Kaline duas demandas apresentadas pelos Magistrados do Júri em uma reunião interna: 1) que no oferecimento da denúncia, os promotores já apresentassem todos os endereços disponíveis dos réus, vítimas e testemunhas; 2) que o MP solicitasse a antecipação de provas para aproveitar na fase judicial. Em relação esses temas, a Dra. Mônica Kaline informou que já há a orientação de que os promotores apresentem os endereços mais atualizados que dispõem. Asseverou que não há como controlar o fato de que, em muitos casos, as testemunhas se mudam, inexistindo, nos bancos de



dados acessíveis ao MP o endereço mais recente.

Em seguida, a Desembargadora Ângela repassou ao Dr. Julius Cesar a demanda da demora na apresentação dos laudos periciais em incidentes de sanidade mental. O Dr. Julius informou que as demoras se dão em razão da falta das pessoas (periciandos e familiares) nos atos agendados. Informou que houve um incremento no número de peritos e várias perícias foram antecipadas. Asseverou que foi pensado também na possibilidade de ouvir os familiares de periciandos por videoconferência.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a presença e empenho de todos, destacou a importância do programa e a necessidade de que evoluíssemos nas nossas reuniões, no sentido de detectar, pontualmente, atos necessários a melhorar o desempenho de cada unidade judiciária do Júri, inclusive, elencando as atividades a serem desenvolvidas por cada instituição participante, a fim de que todos possam diligenciar para que seja efetivamente alcançada a meta que nos propusemos.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

### COMPROMISSOS:

| #  | Compromisso   | Responsável                   |
|----|---|-------------------------------|
| 01 | Catulo enviar os dados referentes às inconsistências entre o sistema da Polícia e o do TJCE, para a Vice-Governadoria | Catulo                        |
| 02 | Entidades parceiras devem apresentar propostas de premiação para seus membros.  | MP, DP,<br>POLÍCIA,<br>PEFOCE |
| 03 | Catulo se reunir com a informática para tratar as inconsistências de dados.   | Catulo e<br>Gustavo           |

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 13h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **26 de setembro de 2024, quinta-feira, as 10h00min, no Fórum Clóvis Beviláqua.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.